

ENTRE NÚMEROS, GRÁFICOS E MAPAS: ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O CENSO DEMOGRÁFICO 2022: RELIGIÕES¹

*Eva Lenita Scheliga*²

Resumo: Neste texto busco identificar alguns modos pelos quais os dados do Censo têm repercutido, destacando algumas recorrências nas explicações sobre certa “dança nos números” e que tipo de agenda de pesquisa pode vir a se estabelecer a partir da divulgação dos dados mais recentes.

Palavras-chave: Censo de população; Religião; Cristianismo.

NUMBERS, GRAPHS AND MAPS: REMARKS ON THE 2022 DEMOGRAPHIC CENSUS — RELIGIONS

Abstract: In this text, I seek to identify some ways in which the Census data have resonated, highlighting certain recurring patterns in the explanations about a particular “dance in the numbers” and the type of research agenda that may emerge following the dissemination of the most recent data.

Keywords: Population censuses; Religion; Christianity.

¹ Como citar: Como citar: SCHELIGA, Eva. Entre números, gráficos e mapas: alguns comentários sobre o Censo demográfico 2022: religiões. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 25, n. 46, e149741, 2025.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professora Associada do Departamento de Antropologia na Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: evascheliga@ufpr.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2270-0636>.

O QUE O CENSO FAZ VER?

Principal referência com que trabalham pesquisadores, gestores públicos e os próprios atores religiosos em suas reivindicações por legitimidade na esfera pública, o material compilado no *Censo Demográfico 2022: Religiões: Resultados preliminares da amostra* produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta um retrato da autodeclaração religiosa. Foi novamente com certa ansiedade e com uma “comoção surpreendente”, pois, que se esperou ver revelado tal “fotografia panorâmica” da população brasileira, replicando aqui os termos utilizados por Renata Menezes (2012; 2014) em sua apreciação sobre a divulgação dos dados do Censo de 2010. Contudo, como muitas(os) colegas têm destacado em suas sucessivas entrevistas à imprensa por ocasião da divulgação dos dados do último Censo, em resposta às demandas sobre explicações a respeito do que os números fazem ver, cabe uma ressalva: trata-se de uma fotografia incapaz de capturar com nitidez a multiplicidade de sentidos e práticas religiosas.

Então, logo de saída, é preciso ter em mente que a pergunta geradora das informações, a saber, “Qual é a sua religião ou culto?”, precisa de muitas ponderações – embora dizer isso não seja novidade alguma para cientistas sociais. Clara Mafra (2004, 2013a, 2013b) e Renata Menezes (2012, 2013, 2014) há muito já nos alertaram sobre as vicissitudes relacionadas ao modo de produção de dados sobre religião por ocasião da realização do Censo demográfico, incitando-nos a lançar um olhar atento sobre as estatísticas enquanto instrumento de governamentalidade.

É indiscutível, como bem destacam ambas as autoras, a importância de uma pesquisa de abrangência nacional e seriada, o que garante tratar os dados em diferentes escalas (desagregados por região, estados e municípios), bem como comparar os resultados ao longo de décadas, além de garantir a gestores públicos alguns elementos que permitem orientar a elaboração e implementação de políticas públicas. Mas é também preciso ter clareza sobre alguns limites da pergunta sobre religião, especificamente: a questão não se propõe a abarcar as diferentes frequências, os variados graus de envolvimento

e as distintas modalidades de participação aos rituais e aos estabelecimentos religiosos; igualmente não busca mensurar dados sobre o tempo de adesão a uma determinada religião, nem sobre o eventual trânsito religioso ou ainda sobre o múltiplo pertencimento. Ou seja: nenhuma variação da experiência religiosa é captada pela pergunta do Censo, o que seria fundamental para qualificar e melhor compreender este marcador social de diferenças.

Além de destacar o alcance restrito da pergunta, também podemos levantar, logo de saída, algumas objeções às classes de respostas agrupadas na divulgação dos dados preliminares deste levantamento. Vejamos, por exemplo, a categoria dos “sem religião”, que agrega agnósticos e ateus, além dos respondentes que se declararam indiferentes à religião e pode ainda contemplar aqueles para quem os vínculos com determinada comunidade de fé são difusos ou transitórios. A categoria cria, pois, artificialmente um grupo que nada tem de homogêneo, achatando suas diferenças internas e deixando pouco evidente o quão multifacetado e complexo é o universo desta parcela da população. Problemas semelhantes ocorrem com outras categorias empregadas neste jogo classificatório das religiões, produzindo uma provável sub-representação do número de pessoas vinculadas ao espiritismo, umbanda, candomblé e de outros grupos religiosos que, assim, se constituem como minoritários. Igualmente nota-se a indistinção de grupos muito diversos entre si, como no caso dos evangélicos, uma vez que esta é uma macrocategoria a qual tende a unificar e homogeneizar uma gama muito ampla de igrejas e denominações que, muitas vezes, pouca ou nenhuma relação mantêm entre si.

Mas o que o Censo pode então nos oferecer, afinal? Neste breve comentário³, produzido em diálogo com os referidos textos de Clara Mafra e Renata Menezes, busco me somar às e aos colegas da área de estudos da religião

³ Agradeço a Eduardo Dullo, Rodrigo Toniol, Lorena Mochel e María Bargo por me instigarem a retomar especialmente as provocações do artigo de Mafra (2013), publicado em edição anterior da *Debates do NER*, e reagir, de modo sucinto e rápido, à divulgação dos dados preliminares dos dados censitários sobre religião no Brasil.

no esforço de identificar alguns modos pelos quais os dados do Censo têm repercutido. Sem a pretensão de ser exaustiva na análise dos números, pretendo destacar algumas recorrências nas explicações sobre certa “dança nos números” e enfatizar o tipo de agenda de pesquisa que pode vir a se estabelecer a partir da divulgação dos dados mais recentes.

OS MOVIMENTOS DE FILIAÇÃO RELIGIOSA E A PERSISTÊNCIA DA IDEIA DE “MERCADO RELIGIOSO”

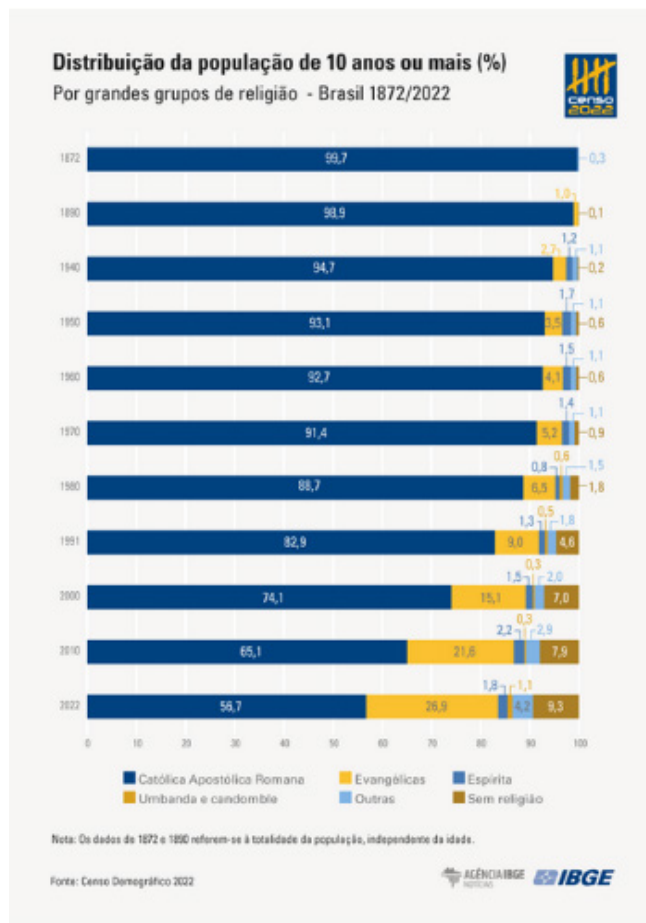
Podemos dizer que o Censo opera como uma bússola com a qual localizamos alguns padrões de mudança na filiação religiosa no decorrer do tempo. Ou, pelo menos, esta tem sido a tônica dos exercícios de leitura dos gráficos produzidos com os dados destes levantamentos decenais – figuras que são posteriormente sistematicamente reproduzidas nos livros didáticos consultados por milhares de estudantes da Educação Básica, além de serem mobilizadas como recurso didático na apresentação dos dados ao público em geral, via imprensa.

Como já destacava Mafra (2013, p. 13) no artigo publicado em edição anterior da revista *Debates do NER*, os números “sempre saem acompanhados por uma narrativa, especialmente quando envolvem disputa entre maioria e minoria” e, assim, produzem efeitos específicos sobre os modos como passamos a construir a religião como objeto de conhecimento. Em sequência a essa ideia, vale aqui destacar o lugar das figuras, tais como o onipresente gráfico de barras empilhadas, na composição dessas narrativas e na consolidação de algumas chaves de interpretação para a dinâmica religiosa no Brasil. Enquanto instrumentos mediadores, essas figuras ajudam a transportar informações e, mais que isso, produzem deslocamentos e transformações importantes em uma rede formada por múltiplos atores, como propõem diversas(os) antropólogas(os) interessadas(os) em pensar sobre as relações entre ciência e tecnologia. Também aprendemos a partir da leitura de diversos trabalhos interessados em produzir etnografias de/com

documentos que a estética utilizada na veiculação dos resultados importa, afinal, para a produção de políticas de inteligibilidade dos dados.

A ampla circulação de artefatos visuais tais como o produzido pelo IBGE (ver Figura 1) em manuscritos acadêmicos, artigos de opinião, materiais pedagógicos e matérias jornalísticas pouco a pouco tem sedimentado junto a diferentes públicos um mesmo regime de leitura dos números, orientando à identificação, nesta série de dados estatísticos, de três movimentos paralelos: a) o que aponta para o constante declínio do número de pessoas que se declaram católicas, tendência observável desde a década de 1960; b) a tendência inversa no segmento evangélico, que apresenta um expressivo aumento do número de fiéis, sobretudo a partir da década de 1980; c) o considerável aumento do número dos sem religião, especialmente a partir dos anos 2000.

Figura 1: Distribuição da população de 10 anos ou mais (%) por grandes grupos de religião - Brasil 1872/2022.



Fonte: IBGE, 2022.

Uma das explicações vulgarizadas sobre esta movimentação representada nas barras empilhadas evidenciando a “dança dos números” na série histórica do Censo se ancora no conceito de mercado religioso – uma noção um tanto difusa que norteou um grande número de pesquisas acadêmicas,

nas Ciências Sociais e em áreas correlatas, como as Ciências da religião e Economia, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, e que encontrou também lugar de destaque no jornalismo. Embora a metáfora do mercado hoje encontre uma série de críticas em boa parte da produção acadêmica dedicada aos estudos da religião, ela continua sendo rapidamente suscitada no debate público a partir da exposição do gráfico que incita à visualização das oscilações dos números em termos de “perdas e ganhos” e convida, por extensão, a pensar a respeito das disputas entre as instituições religiosas.

Em síntese, o conceito de mercado religioso pretende traduzir uma dinâmica agonística, ou seja, prioriza a avaliação das relações de concorrência que envolvem as instituições religiosas, assumindo que elas se encontram em perpétua disputa por fiéis. Caberia às instituições religiosas, portanto, adaptar constantemente suas mensagens de modo a atender a um duplo objetivo: ajustar-se às demandas de sua potencial clientela de modo a atrair o público consumidor de sua mensagem e enfrentar os concorrentes, de modo a obter sucesso e melhor se posicionar neste mercado.

Parte-se do pressuposto de que os indivíduos das assim chamadas sociedades modernas estariam cada vez mais liberados das amarras das tradições religiosas, tornando-se assim aptos a eleger a alternativa religiosa que mais e melhor condiz com suas preferências circunstanciadas. Dada esta característica, seria possível, inclusive, abdicar da manutenção de vínculos estáveis com uma única instituição religiosa de modo a compor sua experiência religiosa a partir de múltiplos vínculos, sejam eles simultâneos ou consecutivos (o que a literatura sociológica tem tratado, respectivamente, em termos de duplo pertencimento e trânsito religioso), ou mesmo optar por manter-se afastado das instituições religiosas, reconhecendo-se como agnóstico ou ateu, ou tornando-se aquilo que alguns intérpretes tentaram traduzir por meio da expressão “crer sem pertencer” ou na ideia de “desigrejados”.

Na esteira deste raciocínio estabeleceu-se uma relação direta entre as estratégias utilizadas pelas instituições para o anúncio da mensagem religiosa e a manutenção, perda ou aumento do número de pessoas filiadas às instituições religiosas. De acordo com esta linha de interpretação, a Igreja Católica

brasileira teria então perdido a hegemonia de outrora por não ter desenvolvido, nem com a mesma competência, nem com a mesma velocidade adotada por outros anunciantes posicionados no mercado religioso, estratégias capazes de reter seus fiéis. Já os evangélicos, sobretudo os de orientação pentecostal, teriam sido melhor sucedidos nesta empreitada em virtude do uso massivo da mídia, ou ainda por oferecerem aquilo que a literatura sociológica dos anos 1960 enquadrava como “consolo” para as mazelas oriundas da expansão do fenômeno da urbanização e da precarização das relações de trabalho. O aumento significativo de fiéis deste segmento religioso ao longo das décadas seria, pois, o resultado, muitas vezes combinado, da adoção de estratégias de persuasão e de proselitismo e do caráter plástico das igrejas evangélicas para se ajustarem aos “novos tempos”. Voltarei a esse ponto adiante.

Não é difícil perceber que, ao enfatizar a dimensão da concorrência e do marketing, bem como a função de integração à sociedade urbana capitalista, muitas vezes as análises centradas no conceito de mercado religioso nos ajudam a compreender algumas faces do conflito inter-religioso (com reverberações em termos de intolerância religiosa) mas também acabam por reforçar estereótipos acerca das religiões e sobre os fiéis. Embora o quadro teórico tenha como ponto de partida uma reflexão sobre a relativa autonomia do indivíduo, destacando a tendência ao rompimento com a tradição religiosa e a ampliação da possibilidade de circulação por entre as distintas instituições religiosas, a análise centrada na noção de mercado (à qual por vezes se combinam modelos funcionalistas e/ou psicologizantes do fenômeno religioso) traz embutido o risco de, no final das contas, retratarmos os fiéis como indivíduos passivos, sem agência, sujeitos a constantes manipulações de sua credulidade. Por consequência, imputa-se às instituições religiosas a mera intenção de obter vantagens.

Se, portanto, o foco na agência das lideranças religiosas, por um lado, nos ajuda a compreender alguns meandros da política de instituições eclesásticas (mas de modo algum dão conta destas instituições, tão plásticas e multifformes), por outro, pouco amplia e adensa a nossa compreensão sobre os sentidos que as religiões, quaisquer que sejam, assumem nas experiências

sociais. A centralidade atribuída às instituições religiosas também pouco nos faz avançar no entendimento sobre como as sensibilidades e moralidades engendradas nas e pelas religiões constituem subjetividades singulares, ou sobre quais são as condições sociais específicas que possibilitam a emergência de determinadas ações coletivas.

Ademais, este tipo de abordagem tende a repor a distinção entre “igrejas” e “seitas”, assumindo estas últimas como sendo dotadas de um caráter inferior em relação às primeiras, às quais corresponderiam as “verdadeiras religiões”. Este deslizamento conceitual que estabelece uma sinonímia entre religião e igreja (e, como aludido acima, também entre igreja e liderança religiosa) traz prejuízos para o entendimento especialmente a respeito daquelas práticas religiosas que não necessariamente se organizam em torno de uma noção de igreja/comunidade religiosa e/ou de uma liderança claramente instituída ou ainda de um livro religioso.

Este tipo de raciocínio, sedimentado a partir da circulação dos números e de uma representação gráfica específica, tem colocado, quero sugerir, um problema prático especialmente para o campo da educação: embora a temática religiosa seja incluída nos currículos da Educação Básica com o objetivo de fomentar uma discussão sobre a pluralidade religiosa – visando sustentar um debate público sobre a liberdade de culto e de crença alinhado ao que, no campo jurídico-político, se organiza em torno da noção de tolerância – os modos com os quais a temática é apresentada, a partir desse enquadramento analítico ancorado no conceito de mercado religioso, pode gerar justamente o efeito oposto. Qual seja: reintroduzir hierarquias de crenças e assim reforçar preconceitos, alimentando intolerância.

A pergunta que resta, para a qual infelizmente não tenho uma resposta imediata, pode ser formulada nos seguintes termos: afinal, como tratar analiticamente os dados de um campo em movimento sem negligenciar a dimensão da competição institucional mas, ao mesmo tempo, sem render-se à noção de mercado religioso e a seus corolários?

O (NÃO) CRESCIMENTO EVANGÉLICO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Os dados do Censo de 2022 retrataram um país majoritariamente cristão, apesar da crescente diversificação das filiações religiosas observada nas últimas décadas. O catolicismo segue apontado como a “religião da maioria” (totalizando 56,7% da população de 10 anos ou mais), para retomar aqui a expressão de Mafra (2013) ao se referir à mutação da outrora “religião dos brasileiros”, e aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população (26,9%) indicou vinculação às religiões agrupadas sob a categoria evangélica.

Acompanhando as dezenas de rodadas de divulgação dos dados da série histórica do Censo pela imprensa, duas reações em relação aos números relacionados a esses dois grupos chamaram a minha atenção. Enquanto os dados sobre o “declínio” do catolicismo parecem ter sido lidos a partir de um viés de confirmação, reforçando uma ideia acerca da inevitabilidade da perda da hegemonia católica, a divulgação do número de “crentes”, por sua vez, causou reação oposta, envolvendo certa surpresa. Embora este segmento tenha saltado de 21,6% em 2010 para 26,9% da população em 2022, mostrando um crescimento significativo de declarações de adesão às religiões protestantes e pentecostais, os dados foram lidos em termos de “desaceleração” da taxa de conversão religiosa às religiões evangélicas (Correia, 2025), sobretudo por contrariar algumas projeções demográficas. O “O Brasil não virou evangélico”, como se supunha acontecer em um curto intervalo (Tavares, 2025), em suma.

Penso ser interessante observar como o vocabulário utilizado para interpretar ambos os movimentos, traduzidos respectivamente pelas ideias de “declínio” e “desaceleração”, tem produzido um outro efeito, para além de fazer alusão à disputa entre instituições religiosas: penso que ambos os termos também colaboram com o processo de estabilização da ideia de que católicos e evangélicos são grupos que se diferenciam substancialmente (e radicalmente?) entre si, sendo seus respectivos repertórios cosmológicos e

rituais responsáveis diretos pelos movimentos capturados pelo Censo, o de “perda” e o de “ganho” de fieis.

Em linhas muito gerais, arriscaria dizer que dois eixos de argumentação têm sido priorizados no campo das Ciências Sociais para explicar um pouco mais a fundo tais diferenças – e tais considerações têm ecoado, com maior ou menor intensidade e precisão, nas múltiplas interpretações feitas por jornalistas e atores religiosos sobre os dados do Censo em debates públicos os mais variados. Uma delas diz respeito às formas pelas quais as comunidades religiosas promovem a gestão do sofrimento, isto é, a capacidade desses grupos de se conectar com demandas emocionais e existenciais da população brasileira – em especial de frações dessa população, isto é, daquilo que a literatura das Ciências Sociais outrora designava como classes populares – e oferecer respostas simbólicas a essas demandas.

O tema da aflição e sua relação com a religião há muito tem frequentado a produção brasileira das Ciências Sociais, com particular destaque para os trabalhos publicados nas décadas de 1960 e 1970 – vide as obras de Waldo César (1968), Beatriz Muniz de Souza (1969), Cândido Procópio de Camargo (1973), além do clássico artigo de Peter Fry e Gary Howe (1975), para citar apenas alguns trabalhos clássicos no âmbito dos estudos dedicados ao pentecostalismo. Com o tempo, o debate sobre o tema foi ganhando novas roupagens: pouco a pouco foram sendo deixadas de lado ou, ao menos, relativizadas certas perspectivas sobre os problemas teóricos da anomia social e da alienação, questões bastante caras àquelas abordagens inaugurais dos estudos sobre religiões no Brasil; em contrapartida, foi ganhando força uma agenda de pesquisa que incorpora as reflexões que a assim chamada virada afetiva trouxe para as teorias sociais e, em especial, para a Antropologia, em diálogo com produções interessadas em compreender, a partir do cotidiano, as conexões entre moralidades, subjetividades e modos de existência, dando ênfase à religião como elemento central na configuração desse universo de relações e a exercícios reflexivos singulares (a este respeito ver, dentre outros, os trabalhos de Machado & Torres, 2024 e de Santos Júnior et al, 2025).

Muitos dos ganhos analíticos que essas novas linhas de interpretação têm trazido para a compreensão do tema do sofrimento correm o risco de serem perdidos, contudo, quando o argumento da aflição entra rapidamente em circulação para explicar os números do Censo. Quando a gestão do sofrimento é acionada para interpretar as diferenças entre grupos religiosos e alçada a força motriz que determina os resultados expressos no levantamento decenal, sendo apontada como uma das razões “objetivas” para o êxito evangélico, o insucesso católico e a opacidade de outras formas de relação com o religioso, o efeito que isso produz nada mais é que a reificação dos grupos, simplificando em demasia tudo aquilo que a religião faz fazer.

Volta-se assim à ideia, já destacada por Procópio Camargo (1973, p. 37) – também em comentário sobre os números dos Censos de 1940, 1950 e 1960, vale lembrar – sobre a “fraqueza” da Igreja Católica estar proporcionalmente relacionada à “força” de outras religiões no que diz respeito à oferta de uma experiência de salvação associada a uma singular experiência de dignidade, ou seja, algo que se relaciona diretamente aos modos pelos quais o sofrimento ganha enquadramentos em cada um dos contextos religiosos. Tendo por modelo os estudos realizados pelo Emílio Willems (1967), Procópio Camargo e sua equipe declararam que o crescimento pentecostal estaria fortemente relacionado à capacidade do pentecostalismo em “restabelecer contatos primários em estilo comunitário, os quais se manifestam nos estreitos vínculos de cooperação, auxílio mútuo, responsabilidades e encargos individuais atribuídos a todos os membros da congregação religiosa” (Camargo, 1973, p. 148). Este sentimento de pertença a uma comunidade seria criado pela experiência de conversão, a qual concederia ao fiel novas maneiras de agir e, sobretudo, novo sentido para suas ações. Ele seria reforçado sistematicamente pelas experiências de “cura divina”, próprias ou testemunhadas por outros membros da comunidade. Em outras palavras, a ideia de salvação, presente em ambas as experiências, constitui elemento central para a compreensão do pentecostalismo como “religião internalizada”.

Essa interpretação consolidada acerca do pentecostalismo tem, portanto, conduzido a discussão para essa sempre mesma direção: assumir como

necessária a relação de transferência de fiéis do catolicismo para as religiões evangélicas antes mesmo de perguntar-se sobre como tais experiências são engendradas em cada configuração religiosa. Em outros termos, no rápido manejo de reportagens repercutindo as primeiras interpretações sobre os dados do Censo 2022 foi possível observar, de modo direto e indireto, a reiteração do argumento de que o catolicismo tem oferecido respostas menos eficazes para a gestão das aflições. O catolicismo é, assim, congelado como religião inerte, desprovida de sentido prático, em oposição às religiões evangélicas que passam então a ser concebidas como inerentemente plásticas e pulsantes; sobre as demais manifestações religiosas pouco se diz.

A segunda linha de argumentação que cientistas sociais têm utilizado para compreender as clivagens entre grupos religiosos brasileiros, notadamente as estabelecidas no interior do cristianismo, e que também tem ecoado na divulgação dos dados do Censo, gira em torno das formas concretas com que as religiões promovem relações, desdobradas na produção de laços de solidariedade, na criação de redes de apoio, na incitação à mobilização comunitária e em formas específicas de estabelecer relação com o Estado. Em outros termos, trata-se de observar os efeitos práticos da gestão do sofrimento e das experiências de salvação em termos de organização social, perseguindo as ações coletivas derivadas das distintas experiências de salvação e que, ao mesmo tempo, as constituem em distintos contextos religiosos.

O seminal trabalho de Almeida (2004), com base nos dados oriundos de um *survey* desenvolvido por pesquisadores do Centro de Estudos da Metrópole na Região Metropolitana de São Paulo em 2003, em articulação com o georreferenciamento dos “lugares de culto” no município de São Paulo e com uma pesquisa de caráter etnográfico em uma favela paulistana em curso naquele mesmo período, trouxe dados extremamente relevantes para pensarmos sobre essas distinções entre os vínculos estabelecidos com distintas vertentes do cristianismo. No referido artigo encontramos dados apontando para as modulações dos vínculos estabelecidos entre fiéis de diferentes comunidades de fé, envolvendo diferentes padrões de sociabilidade e engajamento associativo – o que, de acordo com o autor, pode lançar luz

sobre alguns padrões de mudança religiosa ao longo do tempo, objeto de artigo anterior (Almeida; Montero, 2001). Em texto posterior (Almeida; Barbosa, 2015) o autor retomou a análise do fenômeno do trânsito religioso, explorando em maior detalhe os dados censitários de modo a responder como vinha se consolidando o pluralismo religioso em sua relação com as transformações da sociedade brasileira.

Mas quando esse esforço de análise voltado à identificação dos modos de atuação religiosa no mundo é rapidamente transposto para a interpretação dos dados preliminares do Censo de 2022, penso que toda a sofisticação dos achados etnográficos presentes no trabalho de Almeida corre o risco de se perder. As finas distinções encontradas no contexto de uma grande metrópole e que lançavam luz sobre modalidades distintas de engajamentos coletivos a partir dos vínculos religiosos são achatadas a uma equação simplificada: o contínuo “declínio” dos católicos volta a ser lido meramente como uma espécie de inabilidade do grupo em oferecer aquilo que os evangélicos fariam com maior êxito – a despeito do “freio” (para usar a expressão que aparece nas matérias de Robichez et al., 2025, publicada no *Brasil de Fato*, e de Tavares, 2025, na *BBC*) dado ao movimento de adesão às religiões protestantes e pentecostais nestes últimos doze anos.

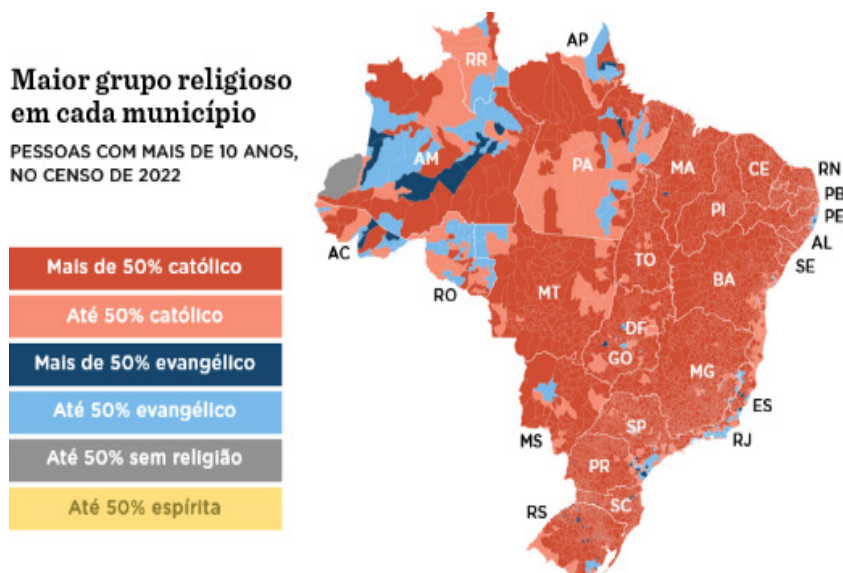
Refletir sobre a circulação desse argumento a respeito do associativismo e dos laços comunitários me leva, ademais, a outras duas questões relacionadas às nossas agendas de pesquisa. A primeira delas é que a valorização da atuação pública evangélica, até como recurso para demonstrar outras faces e dinâmicas de um grupo religioso que frequentemente tem sido associado a um “Outro repugnante”, nos termos dados por Coleman (2018) às frações de um cristianismo conservador, tem tido um efeito curioso: o de manter à sombra as múltiplas formas pelas quais os atores vinculados a outras religiões, dentre elas o catolicismo, atuam publicamente. Outra questão correlata que me ocorre destacar – sem desconsiderar, longe disso, a existência de inúmeras iniciativas evangélicas em diversas áreas de atuação social – é como esse modo específico de construção do posicionamento evangélico em seus embates públicos têm ganhado cada vez mais força, a ponto de ser cada

vez mais naturalizada a ideia do evangélico como um agente que, de modo ímpar, chega em localidades “onde o Estado não chega”.

Ao mesmo tempo que é possível, portanto, explicar o crescimento evangélico acompanhando os termos que eles próprios têm usado para legitimar-se enquanto religião (como pude analisar em mais detalhe em Scheliga, 2010), parece-me urgente relativizar a suposta ausência de ações semelhantes ou a presumida inércia de outros grupos religiosos – os quais, necessário dizer, também têm, historicamente, constituído sua presença pública a partir dessa mesma gramática que articula cidadania, direitos sociais, ajuda humanitária e caridade (cristã), ainda que de modos distintos dos evangélicos. Justificar, pois, a expansão do número de crentes em virtude de suas obras sociais e por sua ação nas brechas deixadas pela “ausência do Estado” ajuda a entender parte dessa dinâmica religiosa, mas, ao mesmo tempo, ao replicar os próprios termos dessa disputa, assumimos o risco de manter à sombra os repertórios de ação dos demais grupos religiosos, ignorando seus modos específicos de engendrar experiências similares.

Observar o enraizamento religioso e aprofundar nossa compreensão sobre as afinidades eletivas entre religiões, noções de pessoa, modelos de sociedade e modos de engajamento coletivo surgem, pois, ao menos para mim, como algumas das grandes questões suscitadas pela observação dos dados preliminares do Censo. E, neste sentido, gostaria de encerrar essa seção voltando ao tema das narrativas que acompanham os números, anunciado por Mafra (2013), e à ideia de ser útil observarmos quais artefatos operam como tradutores de realidades na produção dessas narrativas. Destaco, agora, o papel que os mapas interativos divulgados por órgãos de imprensa, como *G1*, *Folha de S. Paulo* e *Nexo* (ver, respectivamente: Cypreste, 2025; Santos et al., 2025; Zanolorenssi e Hemerly, 2025) podem assumir nesse processo, dado seu potencial para ativar outros regimes de leitura dos dados do Censo 2022.

Figura 2 - Maior grupo religioso em cada município.



Fonte: Zanlorenssi e Hemerly, 2025.

Há um deslocamento interessante que a recente proliferação dessa tecnologia de visualização de dados pode suscitar: enquanto os gráficos de barras empilhadas destacam a “dança dos números”, sustentando narrativas sobre competição por fiéis e pondo relevo nas estratégias das instituições religiosas para manter ou ampliar sua base de seguidores, a representação cartográfica potencialmente convida o(a) leitor(a) a situar a dinâmica de filiação religiosa em territórios específicos. Não sendo um artefato neutro, obviamente, a depender do grau de detalhamento do mapa ele também acaba por reforçar narrativas a respeito de religiões majoritárias e minoritárias, vide a figura 2. Contudo, os mapas interativos tornam possível outro raciocínio, um pouco mais complexo; eles sugerem a necessidade de observar as dinâmicas religiosas de um modo um pouco mais circunstanciado.

Nada é dado de imediato, mas potencialmente evoca-se, a partir deste outro artefato, um conjunto muito mais amplo de elementos que se articulam na construção das experiências religiosas: a história da cidade e da região; a infraestrutura local e a rede de prestação de serviços públicos e privados dos municípios; o perfil demográfico da população e a densidade demográfica de cada localidade; as ondas migratórias que constituíram e constituem atualmente as populações; as atividades econômicas mais expressivas; as formas de ganhar/perder vida que ali se estabelecem com maior força; e, não menos importante, as relações estabelecidas entre as diferentes religiões por meio de seus locais de culto, centros comunitários e serviços socioassistenciais.

O CENSO FAZ PENSAR: PALAVRAS FINAIS

Em suma, o anúncio dos dados preliminares do *Censo Demográfico 2022: Religiões* demandam o esforço de relativizar a ideia de que os números podem ser tomados como um retrato fiel da diversidade religiosa brasileira. Embora capture movimentos gerais sobre vínculos com distintas instituições religiosas e com variadas manifestações do sagrado, o dado estatístico isolado pouco revela sobre as dinâmicas religiosas mais finas, algo fundamental para ajudar a entender em quais termos as religiões se enraízam e variam suas dinâmicas. É fundamental submeter este instrumento de produção de dados ao escrutínio, não para invalidá-lo, mas sim para compreender efetivamente a lógica de sua produção e o alcance das informações elaboradas através da pergunta sobre as filiações religiosas da população brasileira.

Pode-se, assim, sem exagero afirmar que as três tendências comumente destacadas na série histórica do Censo – o declínio do catolicismo, o avanço pentecostal e o fortalecimento dos sem religião – demandam uma reavaliação muito mais detida acerca das relações de acomodação dos diferentes segmentos religiosos e não religiosos nos variados espaços de interlocução na contemporaneidade. Os próprios termos com que se nomeiam estas

tendências – isto é, como declínio, avanço e fortalecimento e todo o vocabulário correlato – merecem redobrada atenção, aliás. Para enfrentar este desafio é necessário buscar apoio de pesquisas de natureza qualitativa que explorem, com mais detalhe e profundidade, as trajetórias e o cotidiano de fiéis e demais agentes religiosos, bem como trabalhos que analisem detidamente a produção e circulação de argumentos religiosos no espaço público, a fim de analisar as feições que a diversidade religiosa tem assumido no contexto brasileiro. E, não menos importante, perguntar-se sobre que cadeias de operações de tradução os números que totalizam determinadas tendências dos fluxos religiosos ao longo das décadas transportam.

Por fim, o último ponto sugerido associa-se à busca por abordagens sobre o fenômeno religioso que relativizem os modelos amparados na popular noção de mercado religioso. Muito embora esta noção possa dar inteligibilidade ao fenômeno dos conflitos religiosos, esta perspectiva traz consigo alguns limites para o entendimento sobre os sentidos conferidos às ações religiosas e, sobretudo, para compreendermos a constante presença dos atores religiosos no mundo contemporâneo. O emaranhado de relações que produzem as distintas instituições religiosas tende, como busquei destacar, a ser obliterado em virtude das operações simplificadoras que a análise centrada na concorrência comumente produz; com isso, instituições sociais bastante complexas acabam sendo apresentadas de modo um tanto caricato.

A saída para este impasse, de algum modo esboçada desde as primeiras linhas deste texto, passa por avaliar criticamente o suposto de que a religião se encerra no mundo subjetivo e privado. Quais são os processos públicos por meio dos quais pode-se antever o estabelecimento de fronteiras – sempre provisórias, instáveis e sujeitas a articulações as mais diversas, cabe sublinhar – entre o domínio do religioso e outros domínios e como os sujeitos, em suas práticas cotidianas, aprendem o que é pertinente a cada um destes domínios são as perguntas que me parecem centrais para lidar com o desafio aqui delineado: como construir a religião como objeto de conhecimento da área de Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. Religião na Metrópole Paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n.56, p. 15-27, 2004.
- ALMEIDA, Ronaldo; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Transição religiosa no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (org). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015. p. 335 – 364.
- ALMEIDA, Ronaldo; MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92–100, 2001.
- BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-23, 2001.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. (org.). *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CÉSAR, Waldo A. (org). *Protestantismo e imperialismo na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- CYPESTRE, Judite. MAPA: Qual é a religião mais popular da sua cidade? *G1*, 6 jun. 2025.
- COLEMAN, Simon. Zonas fronteiriças: ética, etnografia e o cristianismo “repugnante”. *Debates do NER*, v. 1, n. 33, p. 271–312, 2018.
- CORREIA, Mariama. Por que o crescimento evangélico desacelerou no Brasil? *Pública*. 6 jun. 2025.
- FRY, Peter.; HOWE, Gary Nigel. Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo. *Debate e Crítica*. São Paulo, n. 6, p. 75 - 94, 1975.
- IBGE. Censo 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país. *Agência IBGE Notícias*, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/>

noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais. Acesso em: 02/12/2025.

MACHADO, Carly; TORRES, Nildamara. Casas, pessoas e cidades em recuperação: Sobre acolhimento, autoconstrução e pentecostalismo nos territórios urbanos. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 49, n. 1, 2024.

MAFRA, Clara. Censo de Religião: um instrumento descartável ou reciclável? *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 152-159, 2004.

MAFRA, Clara. Números e Narrativas. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 14, n. 24, p. 13-25, 2013a.

MAFRA, Clara. O que os homens e as mulheres podem fazer com os números que fazem coisas? In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013b.

MENEZES, Renata de Castro. Censo 2010, fotografia panorâmica da vida nacional. (entrevista). IHU On-Line. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Ano XII, n. 400, p. 10-13, ago. 2012.

MENEZES, Renata de Castro. Às margens do Censo 2010: Expectativas, repercussões, limites e usos dos dados de religião. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 340-360.

MENEZES, Renata de Castro. Religiões, números e disputas sociais. In: VITAL DA CUNHA, Christina; MENEZES, Renata de Castro. (orgs.). *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v. 69 (Religiões em conexão: Números, direitos, pessoas), p. 60-70, 2014.

ROBICHEZ, Adele; BERNARDES, José Eduardo; BOHRER, Larissa. Sociólogo vê ‘cansaço’ com extremismo político como fator de freio ao crescimento evangélico no Brasil. *Brasil de Fato*, 6 jun. 2025.

SANTOS, Natália; CARDOSO, Tiago; PINHONI, Marina; PRETTO, Nicholas. Veja o perfil de cada religião e todos os dados que importam do Censo 2022 em gráficos. *Folha de São Paulo*, 6 jun. 2025.

SANTOS JÚNIOR, Jaime; MENEZES, Marilda de; VANETI, Camila. Migrações no feminino: religião, gênero e trabalho. *Campos - Revista de Antropologia*, v. 26, n. 1, p. 157-169, 2025.

SCHELIGA, Eva. *Educando sentidos, orientando uma práxis – etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros*. 326p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SOUZA, Beatriz Muniz de. *A experiência da salvação - pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. O catolicismo e a Igreja Católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no censo de 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 24, 2013.

TAVARES, Vitor. Evangélicos vão ser maioria no Brasil? O que diz nova projeção baseada nos dados de religião do Censo 2022. *Terra*. 6 jun. 2025.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata de Castro. (orgs.). *Religiões em Movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.

WILLEMS, Emilio. *Followers on the new faith – culture change and the rise of Protestantism in Brazil and Chile*. Vanderbilt University Press, 1967.

ZANLORENSSI, Gabriel; HEMERLY, Giovanna. A religião da população brasileira no Censo de 2022. *Nexo*, 6 jun. 2025.

Recebido em: 22/08/2025

Aprovado em: 13/10/2025